



PORTARIA CRP-21 N° 54/2025

Dispõe sobre critérios para participação de psicólogas (os) em representações institucionais, comissões e atividades de fiscalização no âmbito do Conselho Regional de Psicologia da 21ª Região – CRP-21.

A CONSELHEIRA PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 21ª REGIÃO (CRP-21), no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971;

CONSIDERANDO que a designação de psicólogas(os) para compor comissões, representar o CRP-21 em eventos ou integrar atividades de fiscalização constitui ato administrativo discricionário, sujeito à conveniência e oportunidade da administração;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir que as representações institucionais do Conselho sejam exercidas por profissionais em plena regularidade ética e financeira;

CONSIDERANDO que tal medida não implica sanção ética ou administrativa, tampouco restringe o exercício profissional da Psicologia, limitando-se exclusivamente a critérios para delegação de representações institucionais;

CONSIDERANDO a deliberação aprovada na II Reunião Plenária Administrativa Ordinária do V Plenário, realizada em 24 de outubro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º. Esta Portaria fixa critérios objetivos para a designação de psicólogas(os) para exercer atividades de representação institucional, composição de comissões e participação em ações de fiscalização no âmbito do CRP-21.

Art 2º. Para fins exclusivos de participação nas atividades mencionadas no art. 1º, somente poderão ser designadas(os) psicólogas(os) que estejam em plena regularidade ética e financeira perante o Conselho.

§1º Considera-se regularidade financeira a inexistência de anuidades vencidas ou outras obrigações pecuniárias não negociadas ou não adimplidas.



§2º Considera-se regularidade ética a ausência de penalidades éticas vigentes, suspensões cautelares ou outros impedimentos formais decorrentes de processo administrativo ético, devidamente notificados ao(a) profissional.

Art. 4º. A Diretoria, por meio dos setores competentes, verificará a regularidade ética e financeira antes da designação do(a) profissional para qualquer atividade institucional.

Art. 5º. Regularizadas as pendências financeiras ou éticas, ficam restabelecidas as condições para eventual designação, sem prejuízo de outras exigências administrativas aplicáveis.

Art. 6º. Todos os setores, comissões e diretorias do CRP-21 deverão observar integralmente as disposições desta Portaria.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina (PI), 05 de dezembro de 2025

Documento assinado digitalmente
RENATA BANDEIRA JARDIM
Data: 05/12/2025 12:29:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Renata Bandeira Jardim
Psicóloga CRP21ª01976
Conselheira Presidente